

DESIGUALDADE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO NORDESTE METROPOLITANO: ANÁLISE DAS METRÓPOLES DE SALVADOR, RECIFE E FORTALEZA NO PERÍODO DE 1981 A 2008

INEQUALITY AND DEVELOPMENT IN NORTHEAST METROPOLITAN AREAS: ANALYSIS OF METROPOLITAN AREAS OF SALVADOR, RECIFE AND FORTALEZA OF THE PERIOD 1981 TO 2008

Josiane Fachini Falvo^()*

RESUMO

O artigo analisa a evolução, no período de 1981 a 2008, da desigualdade social nas metrópoles nordestinas de Salvador, Recife e Fortaleza. Inicialmente, são apresentadas as especificidades dessas localidades, detentoras de relativo atraso no desempenho econômico e grande dívida social. O comportamento da desigualdade social nas principais metrópoles do Nordeste é identificado por meio da análise da evolução da estrutura sócio-ocupacional familiar, a qual regrediu com a desaceleração econômica da década de 1990. A partir de 2004, a maior incidência dos programas governamentais reduziu o contingente de miseráveis. Entretanto, não foram consolidados canais efetivos de mobilidade ascendente e a maioria da população permanece na base social. É necessária a implantação de um modelo de “desenvolvimento distributivo” que promova um impacto estruturante e maior equalização social.

Palavras-chave: Desigualdade social. Desenvolvimento. Nordeste. Regiões metropolitanas.

ABSTRACT

This paper analyzes the evolution of social inequality in metropolitan areas of Salvador, Recife and Fortaleza, from 1981 to 2008. First of all, the paper presents the specificities of these locations, which have a relative backward on economic performance and a huge social debt. The performance of social inequality in main Northeast metropolitan areas is identified by the study of social and occupational structures, which withdrew because of the economic stagnation of the 90's. Beginning in 2004, the increase in governmental programs resulted in a greater reduction of poverty. Nevertheless, there are not effective mechanisms to promote social mobility. It is necessary to implement a “distributive development” model capable of promoting a structural impact and aiming at the reduction of social inequality.

Key words: Inequality. Development, Northeast, Metropolitan areas.

(*) Doutora e mestre em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP. Pós-doutoranda pelo Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI). *E-mail:* <josifalvo@yahoo.com.br>.

1. INTRODUÇÃO

As características fundiárias, demográficas e econômicas da macrorregião do Nordeste brasileiro, assim como o modo como foram concebidas e implementadas as políticas de desenvolvimento regional, explicam em grande parte a dimensão do *déficit* social regional e a “condição periférica” da macrorregião (GUIMARÃES NETO, 1997), no sentido cepalino de ser pobre e dependente, “mero prolongamento do espaço econômico das economias centrais” (CARDOSO DE MELLO, 1998, p. 22). Nesse sentido, como o estágio de desenvolvimento econômico e social de uma região influencia na distribuição da renda, podemos afirmar que o menor dinamismo relativo do Nordeste é um forte determinante dos elevados índices de desigualdade social.

Este estudo analisa a evolução, no período de 1981 a 2008, da desigualdade social nas metrópoles de Salvador, de Recife e de Fortaleza⁽¹⁾. O escopo contempla um longo período de 27 anos, partindo dos anos de 1980, momento de altíssimas taxas de inflação e redução do crescimento do produto em relação à forte expansão das décadas anteriores. Nos anos de 1990, intensifica-se a desaceleração econômica em todo o país, porém, com alcance distinto nas regiões nacionais. Esse cenário de descontrole inflacionário e de semiestagnação ampliou a concentração de renda e inviabilizou a construção de uma via de desenvolvimento mais inclusiva.

Na década de 2000, divulgou-se largamente que, apesar dos baixos índices de crescimento do produto nacional, a diferença entre as camadas sociais reduziu-se substancialmente, alcançando o menor nível dos últimos 30 anos. A redistribuição da renda foi creditada fundamentalmente à adoção de programas sociais voltados à população miserável, a partir da suposição de que programas focalizados surtem resultados mais rápidos em prol da equidade do que a espera da prosperidade econômica.

Os índices de pobreza absoluta realmente diminuíram nos anos 2000, mas permaneceram as distâncias entre as escalas sociais, se considerarmos não apenas a renda do trabalho, mas também os ganhos financeiros, de lucro e de propriedade, ou seja, a distribuição funcional da renda, difícil de ser mensurada pela base empírica das pesquisas institucionais. Na realidade, a desigualdade social no Brasil se mantém em um patamar inaceitável e não há evidências de que esteja em curso um processo homogeneizador em termos estruturais, o que nos obriga a repensar os mecanismos de desenvolvimento.

Este estudo segue a linha “desenvolvimentista distributiva”, estratégica de desenvolvimento econômico comprometida com a redução das iniquidades e com a inclusão social. Nessa tradição, o Estado tem o papel central como planejador e como transformador das diretrizes macroestruturais e da dinâmica da acumulação.

(1) Dentre as metrópoles nordestinas, este estudo analisa apenas as RMs de Salvador, Recife e Fortaleza, em razão da capacidade de concentração de forças produtivas e por terem sido contempladas pela Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) no período de 1981 a 2008, principal base de dados utilizada.

Conseqüentemente, a equalização social somente é conseguida por meio de um conjunto de ações estatais contínuas que incida nas razões estruturais da concentração de renda e promova a mudança do modelo de desenvolvimento excludente em vigor.

O crescimento econômico sustentável continua sendo fundamental para a inclusão social e produtiva. Contudo, o dinamismo econômico não age autonomamente e precisa estar articulado a um projeto nacional de distribuição dos excedentes, que permita o acesso da maioria da população a condições de vida próprias das classes sociais medianas, ao trabalho decente e a serviços públicos eficientes.

Outra questão fundamental é a disparidade regional, fruto do descompasso das dinâmicas econômicas entre as escalas espaciais. O Brasil é um país continental, com diferenças regionais marcantes na composição da estrutura social, com destaque para a região Nordeste pelo elevado peso relativo da camada pobre.

A maior incidência de programas sociais federais e a modernização tecnológica da indústria local, inclusive em setores tradicionais — como confecções e calçados — dinamizou a economia e amenizou o quadro social nordestino. Entretanto, apesar de todo o aparato de programas e de incentivos do Estado brasileiro, o Nordeste continua *locus* de grande concentração de famílias pobres.

Por fim, importante ressaltar o foco do estudo nas regiões metropolitanas. Os conglomerados urbanos foram gerados no bojo do processo de expansão industrial e urbana nas imediações dos principais centros nacionais. No sentido de organizar administrativamente o conjunto de municípios que partilha o processo de desenvolvimento e as externalidades da cidade principal, a Constituição Federal de 1988 concedeu às unidades federativas a competência e a autonomia para institucionalizar delimitações espaciais de planejamento e de gestão, em sua maioria, caracterizadas pelo colar que envolve as capitais estaduais.

As áreas metropolitanas complexificaram os mecanismos de desigualdade. Por um lado, os pobres se tornaram mais visíveis, com maiores dificuldades de terem acesso aos recursos básicos e sujeitos a condições adversas. Por outro, essas localidades concentram as melhores perspectivas profissionais e oportunidades de acumulação financeira e material. Em meio à exposição de todo tipo de carência da camada de baixo e a aquisição de riqueza e de poder pela elite, a tensão social é latente.

Os temas elencados — desigualdade social, desenvolvimento distributivo, região Nordeste e processo de metropolização — serão abordados no decorrer do texto, de acordo com o seguinte conteúdo: primeiramente descrevem-se as especificidades de três principais metrópoles nordestinas (Recife, Salvador e Fortaleza), destacando-se os elementos que contribuem para a elevada iniquidade social metropolitana. Em seguida, apresenta-se a evolução das escalas sociais e da estrutura ocupacional familiar das principais metrópoles do Nordeste no período de 1981 a 2008, utilizando-se a base de dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD). Após a análise desse aparato estatístico, apresentam-se informações e interpretações que

possam descrever, mesmo que aproximadamente, o desenvolvimento econômico e social do Nordeste metropolitano na década de 2000.

2. AS ESPECIFICIDADES DAS PRINCIPAIS METRÓPOLES DO NORDESTE

A trajetória econômica das regiões que atualmente correspondem às três principais metrópoles do Nordeste (Salvador, Recife e Fortaleza) foi influenciada pela dependência do desempenho das atividades agrícolas voltadas majoritariamente à exportação. Com a aceleração da decadência da economia nordestina no século XIX, essas regiões que polarizavam a riqueza em seu entorno passaram a concentrar a pobreza. O crescimento urbano e industrial no século XX foi lento no Nordeste metropolitano por causa da ausência de excedente em forma de capital dinheiro que pudesse ser transformado em capital industrial, com escala suficiente para alavancar a economia regional. Nesse cenário, amplia-se o papel desenvolvimentista e assistencialista do Estado, que promove um mínimo de racionalidade econômica diante do quadro de escassez e de contrastes sociais.

2.1. Evolução recente das três Regiões Metropolitanas

2.1.1. Região metropolitana de Salvador

O desenvolvimento econômico da região de Salvador dependeu das *commodities* do cacau, do fumo e da cana-de-açúcar. O desempenho dessas culturas agro-exportadoras declinou por não se modernizarem e não conseguirem competir com a produção do açúcar em São Paulo, do tabaco no Sul do país e do cacau africano (estimulado pela Inglaterra)⁽²⁾. Na década de 1980, surgiram experiências de produção agroindustrial moderna distantes da capital, como a soja no oeste baiano (Barreiras), a cafeicultura no sudoeste (Vitória da Conquista) e a fruticultura irrigada no vale do rio São Francisco (Juazeiro). Esses surtos contribuíram para a formação de uma classe média rural local, mas repercutiram limitadamente na economia soteropolitana, somente na medida em que o aumento das exportações agrícolas ampliou o movimento do porto e a demanda por serviços relacionados. Na década de 2000, a atividade agropecuária localizada especificamente na RM de Salvador foi quase totalmente eliminada, restando apenas atividades sem relevância econômica⁽³⁾.

Os incentivos fiscais aplicados no desenvolvimento regional nas décadas de 1960 e de 1970, coordenados pelo BNB e pela SUDENE, beneficiaram principalmente a indústria localizada em Salvador e entorno. O Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) apropriou-se da maior parte dos recursos públicos, contribuiu para a expansão do PIB estadual e alterou o perfil da indústria baiana, por estimular

(2) Na segunda metade da década de 1980, a cultura do cacau baiano foi praticamente dizimada pela praga "vassoura-de-bruxa", provocada pelo fungo *Crinipellis perniciosa* (ALMEIDA, 2009).

(3) Em 2000, a RM de Salvador tinha 98,4% de urbanização.

empreendimentos relacionados à siderurgia (SIBRA, FERBASA e USIBA) e à minerometalurgia do cobre (Caraíba Metais). Entretanto, o COPEC, por ser intensivo em capital e composto por grandes plantas automatizadas, teve baixa capacidade de criação de empregos diretos⁽⁴⁾, não repercutindo nos efeitos multiplicadores esperados. Simultaneamente, tornou a indústria da região metropolitana (RM) de Salvador especializada unicamente no ramo da química e da petroquímica e com pouca presença de empresas de médio ou de pequeno porte. Tendo em vista a concentração setorial e a pouca oferta de postos de trabalho, pode-se afirmar que a “industrialização” incentivada na RM de Salvador não foi suficiente para criar uma base industrial complexa e integrada, que reunisse empresas de ramos e de portes diversos e que operasse com externalidades positivas⁽⁵⁾ geradas por sua própria expansão. Para Almeida (2009), essa deficiência é uma das principais razões do baixo dinamismo econômico na década 1990 e início da década de 2000, da permanência de uma oligarquia agrária e dos altos índices de pobreza e de desigualdade social.

Os investimentos industriais, as transferências federais e a dinâmica própria de novas atividades econômicas contribuíram para a expansão urbana da RM de Salvador e o desenvolvimento do setor terciário. Os funcionários empregados direta ou indiretamente no setor público constituíram uma classe média consumidora da pequena indústria urbana (alimentos, construção civil, dentre outros), de serviços pessoais, do comércio varejista e de serviços financeiros. O setor de turismo sempre esteve em evidência na capital baiana, o que motivou a criação da estatal Empresa de Turismo da Bahia (BAHIATURSA) e a implantação de unidades da cadeia hoteleira nacional e internacional. A rede de ensino superior (Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual da Bahia e uma rede de faculdades privadas) contribuiu para a formação de trabalhadores qualificados, absorvidos pelas sedes das médias e das grandes empresas (Supermercados Paes Mendonça, Banco do Estado da Bahia e Odebrecht) instaladas na capital.

2.1.2. Região Metropolitana de Recife

Historicamente, a região de Recife sempre teve importante papel comercial no Nordeste. Na década de 1970, nessa metrópole, surgiram empreendimentos industriais relacionados ao setor alimentício, químico, material elétrico, comunicações, metalurgia e minerais não metálicos. No Porto de Suape, no município de Ipojuca, na RM de Recife, implantou-se um complexo industrial portuário que movimentava anualmente cerca de 5 milhões de toneladas de carga, principalmente de grãos líquidos (produtos químicos, petroquímicos, óleos vegetais, dentre outros) e de carga de contêineres. Na década de 2000, as 70 empresas em operação nesse porto geraram

(4) No início da década de 1990, R\$ 8 bilhões de investimento no COPEC resultaram em 24 mil postos de trabalho diretos (ALMEIDA, 2009).

(5) Externalidades positivas como estimular o mercado de trabalho regional, difundir conhecimento tácito e constituir fortes redes de distribuição, dentre outras (ALMEIDA, 2009).

cerca de 5.500 postos de trabalho. Também no município de Ipojuca está sendo construído o maior e mais moderno estaleiro da indústria naval e *offshore* do hemisfério Sul: o Estaleiro Atlântico Sul.

O desenvolvimento dos serviços modernos de informática⁽⁶⁾ iniciou-se na década de 1970, no departamento de informática da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O sucesso da incubadora de empresas Incubatec (Governo de Pernambuco) e do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (CESAR) contribuiu para a formação do Porto Digital no Polo Tecnológico de Recife. Um importante conjunto de instituições e de empresas locais consolidou a RM de Recife como referência regional e nacional no desenvolvimento de *software*, estimulado por um conjunto de vetores públicos e privados de oportunidades de mercado (Banorte, Grupo Bompreço, SUDENE, CHESF, dentre outros).

2.1.3. Região Metropolitana de Fortaleza

A região de Fortaleza teve desempenho medíocre até a década de 1970, momento em que os incentivos fiscais do Sistema 34/18 concentraram a indústria de transformação próxima à capital. Na década de 1980, o Sistema FINOR financiou a modernização dessa indústria, aumentando o adensamento populacional, complexificando a estrutura urbana e inibindo o surgimento de novos polos industriais não metropolitanos.

Na década de 1990, as indústrias têxteis e calçadistas nacionais sofreram com a concorrência dos produtos importados, o que repercutiu na redução do número de empresas e de trabalhadores e na automação de várias etapas do processo produtivo, mas ainda mantendo forte presença do trabalho manual. No sentido de reduzir o custo do trabalho, empresas do Sul e do Sudeste migraram principalmente para regiões do Nordeste, onde há menores salários relativos. Nesse processo, a tradicional indústria de fiação/tecelagem e de calçados instaladas na RM de Fortaleza⁽⁷⁾ recebeu incentivos fiscais e financeiros estaduais⁽⁸⁾ e atraiu grupos nacionais e internacionais⁽⁹⁾.

As atividades econômicas da RM de Fortaleza são caracterizadas por complexo porto-industrial, corredores de atividade industrial e eixos litorâneos. Os pesquisadores *Dantas e Silva* (2009) identificaram quatro vetores da estrutura econômica da metrópole no início da década de 2000: o polo de Maracanaú concentra distritos industriais incentivados pelo dispositivo 34/18 e conjuntos habitacionais; o

(6) Incorporam os segmentos de sistemas de informação, consultorias técnicas em informática, provedor de *internet* e manutenção de *hardware* e *software*.

(7) A indústria têxtil e do couro, além da presença em todos municípios que compõem a RM de Fortaleza (com exceção de São Gonçalo do Amarante), também se instalaram em municípios extrametropolitanos, motivadas pela política da SUDENE, na década de 1990, de descentralização e interiorização.

(8) De acordo com dados do Anuário Estatístico do Ceará (IPLANCE), o segmento de confecções aumentou a participação no PIB do Ceará de 18,6% em 1970 para 27,4% em 1997 (DANTAS; SILVA, 2009).

(9) No setor de confecções, atraiu a Marisol e no calçadista: Paquetá, Dakota, Grendene, Vulcabrás, Musa Calçados, HB Betarello, Democrata, Aniger e Dilly (SIQUEIRA, 2010).

eixo BR-116 forma um corredor industrial; na faixa litorânea oeste, em São Gonçalo do Amarante, o Complexo Industrial e Portuário de Pecém especializou-se no agronegócio e no entorno da BR-020, ampliaram-se os espaços de lazer e de turismo litorâneo; e ao leste da metrópole, expandiu-se a urbanização litorânea associada ao veraneio marítimo e à valorização turística. Todavia, a RM de Fortaleza não se firmou como centro industrial e ampliou a participação do setor terciário no produto local. Em menos de 40 anos, a RM de Fortaleza concentrou os investimentos e os rendimentos, além dos organismos e das instituições públicas, ampliando a classe média urbana da capital e dos municípios litorâneos vizinhos, demandante de um conjunto de serviços cada vez mais amplo. O notável crescimento do terciário ocorreu em atividades principalmente ligadas aos negócios imobiliários, ao comércio informal e ao turismo (coordenado pelo Programa de Turismo do Nordeste — PRODETUR-NE)⁽¹⁰⁾.

A partir da breve descrição das especificidades das principais metrópoles do Nordeste, nota-se que a industrialização incentivada dinamizou a economia metropolitana, mas logrou quantidade de empregos líquidos inferior ao planejado, além da instalação de filiais do Centro e do Sul divergir dos interesses regionais. Por outro lado, o setor público transformou-se no gerador privilegiado de ocupações da classe média, motivado pelos gastos em infraestrutura, em políticas sociais (expansão de todos os níveis educacionais) e na expansão das autarquias e das empresas estatais. Porém, dinamizar a economia não foi suficiente para equacionar a desigualdade social nessas localidades, intensificada com a ampliação das atividades informais e do subemprego na década de 1990, ocupações de refúgio dos trabalhadores marginalizados na frágil estrutura produtiva.

2.2. O impacto dos programas sociais no desenvolvimento e no nível de desigualdade social das principais metrópoles do Nordeste

A promulgação da Constituição Federal de 1988 estimulou o discurso da universalização do sistema de seguridade social, com o objetivo de disponibilizar à sociedade um rol de programas públicos isento de contribuição. Entretanto, o viés liberal, dominante da década de 1990, fortaleceu a proteção social contributiva e expandiu os programas de transferência direta de renda, focalizados nos grupos mais vulneráveis. Na década de 2000, a política social do governo federal priorizou os programas focalizados, ao ampliar a cobertura e atingir a quase totalidade da população-alvo.

Esses programas constituem um mecanismo de proteção a um conjunto de trabalhadores que possuem maiores dificuldades de se inserirem no mercado

(10) A atividade do turismo é considerada elemento potencializador dos espaços litorâneos das metrópoles nordestinas a partir da década de 1990. O turismo é alicerçado por políticas públicas de valorização das zonas das praias e centrado nas capitais, transformando-as em pontos de recepção e de distribuição do fluxo turístico (DANTAS e SILVA, 2009).

de trabalho e proporcionam às famílias beneficiadas maior autonomia na tomada de decisões de consumo, com efeitos multiplicadores nas comunidades, como a expansão da rede de comércio e de serviços.

É inegável a importância dos programas de transferência de renda na promoção de bem-estar social na região Nordeste, que por causa da grande massa da população pobre, absorve praticamente 50% dos benefícios concedidos no Programa Bolsa Família (PBF) e cerca de 35% do Benefício de Prestação Continuada (FALVO, 2010).

O PBF é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades na educação⁽¹¹⁾ e nos cuidados básicos à saúde. Essas condicionalidades foram definidas por estudos empíricos, cujas experiências voltadas à saúde e à educação mostraram bons resultados quanto à redução das taxas de mortalidade e de desnutrição infantil e ao aumento da frequência escolar.

Os programas de transferência de renda com condicionalidades têm o objetivo de romper o ciclo intergeracional da pobreza, via educação e saúde, depositando na criança e no jovem a perspectiva de melhora das condições de vida. Os resultados, nos primeiros anos de implantação dos programas no Brasil, foram positivos no que se refere ao aumento da frequência das crianças à escola, maiores gastos familiares com consumo alimentar e redução da natalidade, da mortalidade infantil e do número de crianças ocupadas (CACCIAMALI e TATEI, 2007). Nesse cenário, o PBF tornou-se um dos principais programas de assistência às famílias que possuem baixos recursos e habitam as periferias das metrópoles nordestinas.

De acordo com o Censo de 2010, a Bahia possuía cerca de 14 milhões de habitantes e as UFs de Pernambuco e do Ceará agregaram mais de 8 milhões de pessoas⁽¹²⁾. O atendimento do PBF apresenta um quadro inverso em 2009, pois a Bahia concentra menor número de famílias pobres, cerca 580 mil, enquanto nas demais unidades, ultrapassa 900 mil. Como a cobertura do PBF atinge cerca de 100% das famílias pobres⁽¹³⁾, podemos afirmar que o Cadastro Único detectou maior nível de pobreza nas UFs de Pernambuco e do Ceará.

A Tabela 1 mostra que os conglomerados urbanos do Nordeste, em relação ao total da respectiva UF, agregaram cerca de 30% da quantidade de famílias atendidas pelo PBF em 2009: 35,3% na RM de Salvador, 29,7% na RM de Recife e 26,8% na RM de Fortaleza.

De acordo com os dados apresentados por Falvo (2010), do total de famílias atendidas pelo PBF na RM de Salvador em fevereiro de 2009, somente a cidade de Salvador concentrou 74,3% das famílias beneficiárias e o restante está pulverizado

(11) O PBF exige o cumprimento de condicionalidades na educação infantil e média, nesse caso aplicável no benefício variável jovem.

(12) Pelo Censo de 2010, a UF da Bahia tinha 14.016.906 habitantes; a UF do Ceará, 8.452.381; e a UF de Pernambuco, 8.796.448 (<<http://estados.ibge.gov.br/estadosat/>>).

(13) De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (www.mds.gov.br), o PBF beneficia praticamente 100% do público-alvo.

pelas demais cidades, com destaque para Camaçari (7,2%), Simões Filho (4,1%) e Lauro de Freitas (4,18%). Na RM de Fortaleza, 60,5% das famílias beneficiárias habitam a cidade de Fortaleza, seguida de Caucaia (11,2%). Na RM de Recife o cenário é bem distinto ao das demais metrópoles, pois a cidade de Recife, agrega apenas 38,7% dos benefícios e o programa contempla razoável número de famílias em cidades como Jaboatão dos Guararapes (18,0%) e Olinda (10,3%).

Tabela 1 — Nordeste metropolitano: famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família em fevereiro de 2009

Região	N. famílias atendidas	%
RM Salvador	204.410	35,3
Bahia, exceto RM Salvador	373.873	64,7
UF da Bahia	578.283	100,0
RM Recife	273.387	29,7
Pernambuco, exceto RM Recife	647.691	70,3
UF de Pernambuco	921.078	100,0
RM Fortaleza	242.062	26,8
Ceará, exceto RM Fortaleza	661.318	73,2
UF do Ceará	903.380	100,0

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. Fevereiro de 2009. Elaboração própria.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), garantido constitucionalmente, concede o piso previdenciário aos idosos acima de 65 anos não amparados pela previdência social contributiva e aos portadores de deficiências impossibilitados de trabalharem, desde que comprovem renda familiar inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Embora não exija condicionalidades, esse programa tem grande alcance distributivo pela cobertura e pelo valor do benefício.

No Nordeste, as RMs de Recife e de Fortaleza concentram, respectivamente, 45,6% e 43,9% do total dos BPCs concedidos nas UFs (Tabela 2). A partir dos dados apresentados por *Falvo* (2010), na cidade de Fortaleza são concedidos 70,9% dos benefícios e na de Recife, pouco mais de 50%, do total das metrópoles. Na RM de Salvador, concede-se apenas 16,4% dos benefícios do BPC em relação ao total da UF, 78,6% dos quais na cidade de Salvador.

Tabela 2 — Nordeste metropolitano: concessão do Benefício de Prestação Continuada em abril de 2010

Região	N. benefícios	%
RM Salvador	50.830	16,4
Bahia, exceto RM Salvador	259.671	83,6
UF da Bahia	310.501	100,0
RM Recife	103.252	45,6
Pernambuco, exceto RM Recife	123.161	54,4
UF de Pernambuco	226.413	100,0
RM Fortaleza	72.502	43,9
Ceará, exceto RM Fortaleza	92.605	56,1
UF do Ceará	165.107	100,0

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate da Fome. Secretaria de Assistência Social. Abril de 2010. Elaboração própria.

Na década de 2000, os efeitos dos programas de transferência de renda foram imprescindíveis para a redução da pobreza absoluta e para o desenvolvimento social das principais regiões metropolitanas do Nordeste. Não obstante, as repercussões desses programas são limitadas na redução da distância entre as camadas sociais e não podem ser apontados como provedores absolutos da redução da desigualdade social, sendo imprescindível haver desenvolvimento econômico.

3. A DESIGUALDADE SOCIAL NAS METRÓPOLES DE SALVADOR, DE RECIFE E DE FORTALEZA DE 1981 A 2008

Diante do desafio de elaborar a pirâmide sócio-ocupacional das principais metrópoles nordestinas, adotou-se a tipologia desenvolvida pelo pesquisador *Waldir Quadros* de composição da estrutura sócio-ocupacional familiar a partir da base de dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD)⁽¹⁴⁾.

3.1. Fundamentos metodológicos da estrutura sócio-ocupacional

Ciente da multidimensionalidade da desigualdade social no Brasil, *Quadros* (2008) baseou-se no conceito de classe média de *Wright Mills* (1985) para definir grupos de pessoas relativamente semelhantes, por meio do cruzamento de informações referentes ao nível de renda e à posição ocupacional definida pelo *status*⁽¹⁵⁾. Para o pesquisador:

(14) A PNAD é um sistema de inquéritos domiciliares, implantado em 1967 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujo objetivo principal é captar anualmente dados básicos acerca do desenvolvimento socioeconômico nacional. Em uma amostra de cerca de 150 mil domicílios, aplica-se um questionário com um núcleo fixo e outro variável.

(15) *Wright Mills* (1985) traça a estrutura ocupacional dos Estados Unidos e destaca a importância na hierarquia social moderna dos pequenos proprietários e dos “colarinhos brancos”, profissionais mais qualificados, típicos de classe média e que não exercem atividades próprias dos trabalhadores (“colarinhos azuis”).

Wright Mills encontra no estudo da estrutura ocupacional uma aproximação operacional do conceito de classes sociais nas condições vigentes em uma sociedade (e economia) capitalista avançada e complexa (QUADROS, 2008, p. 1)

Essa metodologia ultrapassa a concepção econômica de delimitação dos estratos sociais unicamente por faixas de rendimentos e acrescenta a dimensão sociológica, ao simultaneamente classificá-los por grupos ocupacionais definidos pela divisão social do trabalho. Em suma, as camadas sociais são concebidas a partir de dois determinantes — faixa de renda e perfil da ocupação — de acordo com a sequência descrita a seguir.

Primeiramente, os indivíduos ocupados na semana de referência, identificados pela PNAD, são divididos de acordo com a ocupação discriminada no Quadro 1. Os desocupados que percebem algum tipo de renda, independente da fonte, são classificados como “sem ocupação com renda”.

Quadro 1 — Grupos ocupacionais

Grupos ocupacionais
A1 Empregadores (>10 empregados)
A2 Empregadores (≤10 empregados)
C Classe média (“Colarinhos brancos”) autônoma
D Classe média (“Colarinhos brancos”) assalariada
F Trabalhadores autônomos
G Trabalhadores assalariados
I Trabalhadores domésticos
J1 Trabalhadores não remunerados urbanos (≥15 horas)
H1 Proprietários por conta própria agrícolas
H2 Trabalhadores autônomos agrícolas
H3 Trabalhadores assalariados agrícolas
J2 Trabalhadores não remunerados agrícolas (≥15 horas)
SO Sem ocupação com renda
SOF Sem ocupação sem renda

Fonte: *Quadros* (2008).

A metodologia também divide a sociedade por faixas de rendimentos declarados na PNAD, tendo como piso o valor do salário mínimo que vigorou em janeiro de 2004, de R\$ 240, em valores reais de 2008. No Quadro 2, constam as linhas de corte dos estratos sociais.

Quadro 2 — Estratos Sociais

Estrato social	Padrão de vida	Linha de corte*
Superior	Classe média	Acima de 3.049,57
Médio		R\$ 1.524,79 a R\$ 3.049,57
Baixo		R\$ 609,91 a R\$ 1.524,79
Inferior	Massa trabalhadora	R\$ 304,96 a R\$ 609,91
Ínfimo	Miserável	Abaixo de 304,96

Fonte: Quadros (2008, p. 6).

Nota: Valores em outubro de 2008, corrigidos pelo INPC, IPEA.

A intersecção entre a classificação ocupacional e a renda declarada na PNAD torna possível a identificação da proporção de trabalhadores que desempenham ocupações com determinado perfil social, mas que as rendas auferidas equivalem a “padrões de vida” inferiores. Identificaremos esses trabalhadores como “subclassificados”, segundo a denominação utilizada por *Maia* (2006), em oposição aos “classificados” nas ocupações e nas rendas correspondentes.

A metodologia classifica a família por meio da renda declarada pelo membro melhor remunerado nos estratos do Quadro 1. Os integrantes familiares, além de costumeiramente compartilharem as rendas, também usufruem o prestígio da ocupação do membro melhor remunerado, ou seja, grande parte da qualidade de vida dos familiares é proporcionada pelo suporte financeiro e pelo prestígio ocupacional desse integrante⁽¹⁶⁾.

Importante ainda destacar os limites metodológicos do uso da PNAD como fonte de dados para mensurar a desigualdade social. Como os rendimentos são declarados, a pesquisa domiciliar capta relativamente bem dados referentes à renda auferida no trabalho ou em programas previdenciários, mas é deficiente no levantamento de remunerações voláteis ou eventuais, como 13º salário, ganhos monetários eventuais⁽¹⁷⁾ e informações relativas a rendimentos elevados, principalmente quanto à propriedade de ativos de capital. Diante das dificuldades em captar a totalidade dos rendimentos do estrato detentor da maior parte da riqueza, utilizaremos a PNAD para avaliar a desigualdade social da população não rica. Nesse sentido, o Quadro 2 discrimina o estrato “superior” como escala máxima da estratificação social.

Diante da proposta de análise do longo período de 1981 a 2008 e a dificuldade operacional de expor todo o conjunto de informações anuais da estrutura sócio-ocupacional, optou-se pela apresentação dos dados correspondentes aos seguintes anos:

(16) Neste estudo, diferente do conceito adotado pelo IBGE, consideram-se famílias independentes “os pensionistas, pessoas que não são parentes da pessoa de referência na família ou seu cônjuge, pagam hospedagem ou alimentação a algum membro familiar, assim como empregados domésticos e parentes do empregado doméstico que moram com outra família” (MAIA, 2006, p. 50). Essa definição tenta evitar que os “agregados” do domicílio sejam incluídos indevidamente em um local de vivência com intuito permanente da família.

(17) Consiste em indenizações, adiantamento de férias, prêmios, vendas de imóveis, etc.

- ✓ 1981 — início da série e crise do padrão de desenvolvimento que vigorou, grosso modo, de 1930 a 1980;
- ✓ 1989 — final da década, último ano antes do início do governo Fernando Collor e início da adoção do viés “neoliberal” de gestão político-econômica do país;
- ✓ 2003 — primeiro ano do governo de Luís Inácio Lula da Silva e ponto de comparação para o período de crescimento 2004/2008;
- ✓ 2008 — último ano antes da crise de 2009.

A comparação temporal permite estabelecer referências econômicas para a análise da estrutura sócio-ocupacional, destacando os impactos do crescimento econômico após 2004.

3.2. *A evolução da estrutura sócio-ocupacional familiar das principais metrópoles do Nordeste de 1981 a 2008*

Este tópico identifica quantitativamente os altíssimos níveis de desigualdade social do conjunto das principais metrópoles do Nordeste — RM de Salvador, de Recife e de Fortaleza — por meio da análise da evolução dos estratos sociais e das estruturas sócio-ocupacionais familiares dessa sociedade, no longo período de 1981 a 2008. O objetivo é observar como as famílias, definidas a partir do membro melhor remunerado, organizam-se e reorganizam-se na dinâmica das transformações sociais e econômicas nas últimas décadas.

A estrutura sócio-ocupacional tem o intuito de apresentar uma análise mais apurada da desigualdade social no Nordeste metropolitano, mas é importante lembrar que consideraremos “classificado” o membro familiar melhor remunerado na escala ocupacional que receber rendimentos correspondentes ou acima do *status* da ocupação e “subclassificado”, o oposto.

A estrutura social familiar do conjunto das principais metrópoles do Nordeste mostra o seguinte cenário em 2008: 7,4% das pessoas enquadram-se na camada “Superior”; 9,4%, na “Média”; 27,5%, na “Baixa”; 43,5%, na “Inferior”; e 12,2%, na “Ínfima” (Tabela 3)⁽¹⁸⁾. Está clara a grande disparidade social nessas localidades, cuja base da estrutura social familiar (renda familiar inferior a R\$ 609,91) agrega mais da metade da população total (55,7%).

(18) Faixas de rendimentos: Superior (acima de 3.049,57), Média (R\$ 1.524,79 a R\$ 3.049,57), Baixa (R\$ 609,91 a R\$ 1.524,79); Inferior (R\$ 304,96 a R\$ 609,91); e Ínfima (abaixo de 304,96).

**Tabela 3 — Conjunto das RMs de Salvador, Recife e Fortaleza:
evolução dos estratos sociais familiares de 1981 a 2008 (em %)**

Ano	Superior	Médio	Baixo	Inferior	Ínfimo	Total
1981	10,3	12,9	35,5	25,6	15,6	100,0
1982	11,3	12,2	37,6	25,3	13,6	100,0
1983	8,4	11,7	29,1	28,7	22,0	100,0
1984	7,8	10,0	30,1	29,7	22,4	100,0
1985	9,8	12,1	33,8	30,8	13,6	100,0
1986	14,1	15,3	36,2	26,9	7,5	100,0
1987	10,4	12,0	29,2	29,3	19,0	100,0
1988	9,5	9,9	26,8	28,2	25,6	100,0
1989	10,9	10,6	25,7	25,5	27,2	100,0
1990	8,8	10,6	26,7	24,6	29,3	100,0
1992	5,7	9,7	25,8	27,8	31,0	100,0
1993	7,0	7,8	22,6	28,0	34,5	100,0
1995	8,7	9,6	27,2	30,4	24,0	100,0
1996	8,9	9,0	29,4	26,6	26,1	100,0
1997	7,8	11,1	25,4	29,7	26,0	100,0
1998	8,6	10,7	25,6	28,2	26,9	100,0
1999	7,6	8,9	25,4	29,9	28,1	100,0
2001	7,8	8,9	23,9	31,3	28,1	100,0
2002	7,0	8,2	23,5	31,4	30,0	100,0
2003	5,5	6,7	22,6	30,5	34,8	100,0
2004	6,0	7,6	20,5	33,7	32,2	100,0
2005	6,5	8,4	24,8	44,5	15,7	100,0
2006	6,6	8,6	26,7	44,4	13,6	100,0
2007	7,1	9,2	28,3	42,6	12,8	100,0
2008	7,4	9,4	27,5	43,5	12,2	100,0

Fonte: PNAD, IBGE. *Falvo* (2010). Análise estatística de *Alexandre Gori Maia*.

A evolução das escalas sociais familiares, no período de 1981 a 2008, apresentada na Tabela 3, mostra o estreitamento das escalas “Superior”, “Média” e “Baixa” (com rendimentos equivalentes ao “padrão de vida” de classe média), “inchaço” da “Inferior” (massa trabalhadora) e forte redução da “Ínfima” (miserável) a partir de 2005.

As metrópoles nordestinas eram menos heterogêneas na década de 1980, mas sofreu grave deterioração nos anos 1990, cujo ano crítico foi o de 1993 (ano de seca), em que a camada “Inferior” agregou 28% e a “Ínfima”, 34,5% da sociedade.

A partir de 2005, a maior incidência dos programas de transferência de renda (com altas taxas de cobertura no Nordeste metropolitano) e a valorização real do

salário mínimo foram imprescindíveis para reduzir a camada “Ínfima” para menos de 15% da população e melhorar as condições de vida da população miserável. Os programas do governo federal realmente contribuíram para que os membros melhor situados tirassem suas famílias da condição de extrema pobreza, mas essas caminharam pouco na estrutura social e ficaram estacionadas na escala imediatamente superior — a “Inferior” — não ocorrendo ascensão social expressiva ou ampliação das escalas sociais mediadas.

Diante desse cenário, pode-se afirmar que a política social implantada na década de 2000 melhorou as condições de vida dos segmentos inferiores da sociedade, mas não modificou significativamente a disparidade da renda da estrutura social familiar das metrópoles estudadas.

De acordo com dados os apresentados por *Falvo* (2010) acerca da evolução das escalas sociais familiares nas RMs de Fortaleza, de Recife e de Salvador, no período de 1981 a 2008, verifica-se que a camada “Ínfima” (miserável) é semelhante em todas as metrópoles nordestinas a partir de 2005, com peso entre 11% e 15%. Entretanto, destaca-se a estrutura social da RM de Salvador por ser mais homogênea, comparativamente às demais RMs, com maior peso dos estratos equivalentes à classe média. Opostamente, as escalas inferiores são mais volumosas nas RMs de Fortaleza e de Recife e aglomeram próximo a 60% da massa pobre.

No que se refere à estrutura sócio-ocupacional familiar do conjunto das principais metrópoles do Nordeste, apresentada na Tabela 4, observa-se primeiramente que no ano de 2008 os “trabalhadores assalariados” e a “classe média assalariada” têm maior peso, respectivamente, 26,5% e 25,3%.

Quanto ao comportamento geral da participação dos grupos ocupacionais nos estratos familiares nos anos selecionados (1981, 1989, 2003 e 2008), houve pouco decréscimo da “classe média autônoma” (5,6% para 4,7%) e da “classe média assalariada” (26,4% para 25,3%) e redução expressiva do peso do grupo dos “trabalhadores assalariados” (32,9% para 26,5%). De 1981 a 2008, aumentou a participação dos “trabalhadores domésticos” (3,6% para 6,1%) e do “sem ocupação com renda” (10,8% para 17,5%).

Analisando mais atentamente o comportamento dos grupos ocupacionais, a “classe média assalariada” é “subclassificada” na camada Superior de 1981 a 2008 que, embora tenha se recuperado de 2003 para 2008, não chegou ao patamar de 1981. Entretanto, as ocupações que mais sentiram a “regressão social” foram as pertencentes ao grupo dos “trabalhadores assalariados”, conquanto percebam rendimentos inferiores, muitos conseguiam galgar melhores posições na escala social na década de 1980, regredindo substancialmente o valor das remunerações a partir de 1989 (Tabela 4).

Nas principais metrópoles do Nordeste, o grupo “sem ocupação com renda”, além do aumento absoluto, ampliou o peso em todas as camadas sociais, principalmente no topo da hierarquia social: “Superior” e “Média”. Esse comportamento é creditado, prioritariamente, à maior concessão de benefícios previdenciários na região Nordeste na década de 2000.

Destaca-se também o expressivo aumento da participação relativa do grupo “sem ocupação sem renda” na década de 1990 e a forte queda a partir de 2003 (de 5,0% para 2,4%, de 2003 para 2008). A evolução na década de 1990 mostra a deterioração das condições de vida de um conjunto vulnerável de pessoas, mais sensível à perda de dinamismo da economia. O decréscimo relativo desse grupo na década de 2000 reflete, em grande medida, a maior incidência dos programas de transferência direta de renda nas metrópoles nordestinas a partir de 2004, com destaque para o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada.

Tabela 4 — Conjunto das RMs de Salvador, Recife e Fortaleza: estrutura sócio-ocupacional familiar de 1981, 1989, 2003 e 2008 (em %)

Estrato social	Superior				Médio				Baixo			
	1981	1989	2003	2008	1981	1989	2003	2008	1981	1989	2003	2008
Estrutura ocupacional												
A-1 Empregadores (> 10)*	16,7	19,6	7,0	3,7	4,6	10,1	0,8	0,9	1,6	3,1	0,1	0,1
A-2 Empregadores (≤ 10)*			14,0	13,4			8,0	7,2			3,8	4,6
C Classe média autônoma	7,3	9,7	12,1	7,7	8,4	10,4	11,4	8,2	7,1	7,4	8,1	6,0
D Classe média assalariada	58,8	47,6	44,6	53,6	45,9	44,1	44,0	45,8	27,8	32,9	37,0	32,9
F Trabalhadores autônomos	2,7	4,4	2,9	2,5	9,1	8,8	7,2	8,7	16,0	15,1	13,4	13,0
G Trabalhadores assalariados	6,8	8,4	1,7	2,4	18,8	15,2	6,9	8,3	38,5	31,3	20,7	25,9
I Trabalhadores domésticos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,6	0,2	0,8	2,3
J-1 Trabalhadores não remunerados (e*15h) — urbano	0,0	0,2	0,4	0,2	0,0	0,2	0,1	0,2	0,0	0,0	0,2	0,1
H-1 Proprietários conta própria — agrícola	0,4	0,1	0,0	0,0	0,3	0,4	0,1	0,0	0,9	0,5	0,3	0,3
H-2 Trabalhadores autônomos agrícolas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,2	0,3	0,1	0,2
H-3 Assalariados agrícolas	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,2	0,2	0,2
J-2 Trabalhadores não remunerados (e*15h) — agrícola	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2
SO Sem ocupação com renda	7,3	10,0	17,4	16,4	12,6	10,8	21,3	20,6	6,7	9,0	15,3	14,2
SOF Sem ocupação sem renda	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Estrato social	Inferior				Ínfimo				Total			
	1981	1989	2003	2008	1981	1989	2003	2008	1981	1989	2003	2008
Estrutura ocupacional												
A-1 Empregadores (> 10)*	0,1	0,8	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	2,9	4,3	0,5	0,4
A-2 Empregadores (≤ 10)*			1,1	0,7			0,2	0,6			2,5	3,3
C Classe média autônoma	3,9	7,0	4,9	2,8	1,7	2,8	3,1	4,2	5,6	6,6	5,8	4,7
D Classe média assalariada	14,6	21,8	22,6	17,6	5,2	10,0	7,1	3,2	26,4	26,6	23,1	25,3
F Trabalhadores autônomos	14,3	15,4	16,4	11,1	11,0	10,1	12,3	21,1	12,5	12,0	12,9	12,0
G Trabalhadores assalariados	48,5	42,0	38,1	38,5	23,2	36,7	22,4	13,6	32,9	31,3	24,6	26,5
I Trabalhadores domésticos	2,4	2,2	5,3	9,0	17,9	9,5	11,8	12,2	3,6	3,2	5,9	6,1
J-1 Trabalhadores não remunerados (≥15h) — urbano	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,4	0,9	0,0	0,1	0,2	0,2
H-1 Proprietários conta própria — agrícola	1,2	0,6	0,5	0,3	1,2	0,9	0,3	0,8	0,9	0,6	0,3	0,3
H-2 Trabalhadores autônomos agrícolas	0,7	0,2	0,4	0,2	0,7	0,6	0,8	1,2	0,4	0,3	0,4	0,3
H-3 Assalariados agrícolas	4,6	2,5	0,8	1,0	3,6	3,8	1,6	1,0	2,0	1,7	0,9	0,6
J-2 Trabalhadores não remunerados (≥15h) — agrícola	0,0	0,0	0,2	0,4	0,0	0,1	0,6	0,7	0,0	0,0	0,3	0,4
SO Sem ocupação com renda	9,7	7,5	9,5	18,2	22,8	16,4	25,0	21,1	10,8	10,9	17,4	17,5
SOF Sem ocupação sem renda	0,0	0,0	0,0	0,0	12,5	8,6	14,3	19,4	2,0	2,3	5,0	2,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD, IBGE. Falvo (2010). Análise estatística de Alexandre Gori Maia.

Nota: *Os empregadores foram discriminados pelo número de empregados somente a partir de 1992.

A análise da evolução da estrutura familiar das principais metrópoles do Nordeste, no longo período de 1981 a 2008, permite-nos traçar algumas observações:

- ✓ nas principais metrópoles do Nordeste, a estrutura social familiar teve o seguinte comportamento no período de 1981 a 2008: redução da participação relativa das camadas “Superior”, “Média”, “Baixa” e “Ínfima” e grande expansão da “Inferior”. Esse panorama permite-nos afirmar que a desigualdade social não alterou substancialmente nessas localidades ao longo de 27 anos;
- ✓ na década, não houve redução efetiva do nível de desigualdade social. A partir de 2004, fatores como a maior incidência dos programas sociais, a valorização do salário mínimo e o aumento da formalização do mercado de trabalho contribuíram para a melhora das condições de vida das famílias que compõem as camadas inferiores, mas esse conjunto de pessoas ascendeu pouco na estrutura social metropolitana do Nordeste;
- ✓ as perdas sofridas pela classe média na década de 1990 não foram totalmente recuperadas e os canais de ascensão aos segmentos superiores continuaram escassos na década de 2000;
- ✓ o fraco desempenho da economia nacional nas décadas de 1980 e de 1990 contribuiu para a “subclassificação” de grupos ocupacionais da “classe média assalariada” e da “massa de trabalhadores” (assalariados e autônomos). Na década de 2000, a classificação dos grupos ocupacionais ficou praticamente estável.

As mudanças na composição da estrutura social do Nordeste metropolitano na década de 2000 não podem ser interpretadas como melhora significativa do quadro de desigualdade social. A maioria da população das metrópoles de Salvador, de Recife e de Fortaleza continua muito pobre, em contraste a um reduzido grupo que se apropria dos maiores rendimentos.

A partir de 2004, fatores como a maior incidência dos programas sociais, a valorização do salário mínimo e o aumento da formalização do mercado de trabalho contribuíram para a expansão dos rendimentos da população pobre/miserável, mas esse conjunto de pessoas ascendeu pouco na estrutura social do Nordeste metropolitano. Paralelamente, os segmentos medianos não apresentaram mudança estrutural, ou seja, “continuam obstruídos os canais de ascensão às posições que, no Brasil, facultam um padrão de ‘classe média’” (QUADROS, 2010, p. 10).

A estrutura ocupacional do Nordeste metropolitano, no período de 2003 para 2008, também não se alterou expressivamente. Nesse interregno, praticamente estabilizou a participação relativa dos grupos ocupacionais da classe média, da massa trabalhadora e dos “sem ocupação com renda”. O único destaque é a redução do grupo “sem ocupação sem renda”, alvo dos programas de transferência de renda, cuja cobertura expandiu-se no período.

Desde a década de 1980, o Brasil não tem um padrão de “desenvolvimento estrutural”, que além do crescimento econômico, promova transformações na regulamentação tributária, na apropriação dos excedentes e na distribuição dos

rendimentos. A retomada do crescimento econômico nacional na década de 2000 deu-se sobre bases fracas — “efeito China” e consumo familiar⁽¹⁹⁾ — capazes de proporcionar razoáveis taxas de crescimento do produto por determinado tempo, mas insuficientes para “garantir a permanência da bonança comercial e financeira externa e interna e para manter um crescimento alto e persistente” (CANO, 2010, p. 9). A vigência de um padrão de desenvolvimento sustentável e distributivo no Brasil é imprescindível para a implementação de políticas de caráter metropolitano no Nordeste, que distribuam os investimentos para o conjunto dos municípios, diversificando a base produtiva e fortalecendo o mercado de trabalho.

A vigência de um modelo de desenvolvimento de caráter distributivo no país contribuiria para a recuperação da atividade produtiva e a revalorização do trabalho e da renda⁽²⁰⁾ nas metrópoles do Nordeste. Nesse contexto, seriam ampliados os canais de acesso das famílias a condições de vida equivalentes aos segmentos medianos, repercutindo na maior equalização da estrutura sócio-ocupacional metropolitana.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os determinantes estruturais da desigualdade social incidem fortemente na grande região do Nordeste, protagonista dos maiores índices de disparidade social do país. A implantação de uma série de políticas de desenvolvimento regional nas décadas de 1960 e 1970, embora não tenha alcançado as metas iniciais de diversificação da base produtiva e de geração de postos de trabalho, contribuiu para a constituição de importantes polos de dinamismo econômico (com destaque para o setor de bens intermediários) e para a modernização produtiva da indústria local (inclusive a tradicional), localdos principalmente nas principais metrópoles nordestinas. O sucesso desses polos confirma a viabilidade e a potencialidade econômica da macrorregião, que, apesar do relativo atraso e das lacunas da estrutura produtiva, destaca-se em várias áreas que receberam o devido aporte de investimento.

Diante do desafio de mensurar a evolução da desigualdade social no Nordeste metropolitano de 1981 a 2008, adotou-se a metodologia de elaboração da estrutura sócio-ocupacional familiar desenvolvida pelo pesquisador *Waldir Quadros*, que utiliza como referência o membro melhor remunerado da família. A constituição dessa estrutura tem o intuito de explicitar a heterogeneidade social de uma região por meio da identificação de grupos sociais e ocupacionais homogêneos, definidos a partir de características associadas.

O mapeamento da evolução, de 1981 a 2008, das camadas sócio-ocupacionais familiares das metrópoles de Salvador, de Recife e de Fortaleza, permite-nos destacar

(19) ... “a expansão do crédito (...) graças principalmente ao crédito consignado concedido pelos bancos e à duplicação do prazo médio de financiamento (de 17 para 31 meses), e, ainda, a uma pequena melhora da renda decorrente das políticas sociais, alargando assim a capacidade de endividamento familiar, que já teria atingido mais de 40% da renda familiar anual do trabalho. Cabe perguntar que limite teria isto, dado que se estima que a inadimplência aumente nos próximos meses” (CANO, 2010, p. 20).

(20) Ver, dentre outros, Dedecca (2010).

que não houve queda substancial da desigualdade social neste período. A estrutura social do Nordeste metropolitano, nesse interregno, sofreu redução da participação relativa das camadas médias (“Superior”, “Média” e “Baixa”) e miserável (“Ínfima”) e o “inchaço” da massa trabalhadora (“Inferior”). O desenvolvimento social promovido pelos programas federais implantados a partir de 2004 (a maior cobertura dos programas sociais, a valorização real do salário mínimo e a maior formalização do mercado de trabalho) reduziu consideravelmente o percentual de metropolitanos que compunham o estrato “ínfimo” da pirâmide social. Entretanto, esse contingente galgou pequenas distâncias nas escalas sociais, “estacionando-se” na camada “Inferior”, ou seja, permanecendo na base da sociedade metropolitana.

No conjunto das principais metrópoles do Nordeste, a composição das camadas “superior”, “média” e “baixa”, em 2008, equivalente a faixas sociais medianas, é semelhante à de 1981. As perdas nos rendimentos sofridas pela classe média na década de 1990 não foram totalmente recuperadas, ou seja, na década de 2000 não houve efetiva mobilidade social ascendente aos estratos superiores da estrutura social metropolitana.

A efetiva equalização social nas principais metrópoles do Nordeste exige a vigência de um novo modelo nacional de desenvolvimento distributivo, que garanta uma trajetória sustentável de crescimento econômico, concomitante a políticas universais federais e regionais de inclusão social, que elevem o potencial de absorção do mercado de trabalho e que garantam a maior qualidade das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo. A economia de Salvador e a formação de sua Região Metropolitana. In: PEREIRA, Gilberto; CARVALHO, Inaiá (Orgs.). *Como anda Salvador*. Rio de Janeiro-RJ: v. 4, Letra Capital — Observatório das Metrópoles, 2009.
- CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio. Uma análise regional do atendimento aos mais pobres: os programas de transferência de renda. In: MACAMBIRA, Júnior; SANTOS, Sandra (Orgs.). *Brasil e Nordeste: ocupação, desemprego e desigualdade*. Fortaleza-CE: IDT-Banco do Nordeste, 2007.
- CANO, Wilson. *Uma agenda nacional para o desenvolvimento*. Campinas-SP: IE/ UNICAMP, Texto para Discussão n. 183, ago. 2010. Disponível em: <www.eco.unicamp.br> Acesso em: 20 out. 2010).
- CARDOSO DE MELLO, João; NOVAIS, Fernando. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: NOVAIS, Fernando (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. Ensaios sobre a crise*. São Paulo-SP, v. 1, Brasiliense, 1998.
- DANTAS, Eustógio; SILVA, José. A formação histórica da metrópole e as principais tendências de desenvolvimento. In: PEQUENO, Luís (Org.). *Como anda Fortaleza*. v. 5, Rio de Janeiro-RJ: Letra Capital — Observatório das Metrópoles, 2009.

DEDECCA, Cláudio. *Trabalho, Financeirização e Desigualdade*. Campinas-SP: IE/UNICAMP, Texto para Discussão n. 174, abr. 2010 Disponível em: <www.eco.unicamp.br>. Acesso em: 20 out. 2010).

FALVO, Josiane. *A desigualdade social no Nordeste metropolitano: análise do período 1981 a 2008*. Tese (Doutorado em Economia). Campinas-SP: IE/UNICAMP, 2010.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Trajetória econômica de uma região periférica. In: *Estudos Avançados*. v. 11, São Paulo-SP: USP, n. 29, jan./abr. 1997.

MAIA, Alexandre. *Espacialização de classes no Brasil: uma nova dimensão para análise da estrutura social*. Tese (Doutorado em Economia). Campinas-SP: IE/UNICAMP, 2006.

QUADROS, Waldir. Avanços sociais no período 2004-2008. In: *Carta Social e do Trabalho*. Campinas-SP: IE/UNICAMP, n. 9, jan./mar. 2010. Disponível em: <www.eco.unicamp.br> Acesso em: 29 jul. 2010).

_____. *A evolução da estrutura social brasileira — notas metodológicas*. Campinas-SP: IE/UNICAMP, Texto para Discussão n. 147, out. 2008 (Disponível em: <www.eco.unicamp.br> Acesso em: 20 out. 2010).

SIQUEIRA, Hipólita. *Desenvolvimento regional recente no Brasil*. Rio de Janeiro-RJ: E-papers, 2010.

WRIGHT MILLS, Charles. *A nova classe média*. 3. ed. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 1985.

Recebido em 13 de fevereiro de 2011.

Aceito em 25 de outubro de 2011.